

**FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA**

**História do Direito Português**

**Exame de Coincidências**

**Turma A**

**3 de julho de 2023**

---

**Grupo I**

Responda, **justificadamente**, a **duas** das seguintes questões:

1-Explique a relação entre os conceitos de justiça objetiva e de *bonus pater familias*.

-A relação entre a justiça e o direito. A justiça como valor essencial do direito.

-As modalidades de justiça.

- O conceito de justiça objetiva, por contraposição à justiça subjetiva, portanto, variável em função do sujeito.

- O *bonus pater familias* como modelo de comportamento. O homem médio como referência.

2-Explique o conceito de opinião comum dos doutores e identifique os critérios possíveis para a sua formação.

- A opinião comum como resultado do apuramento dos pareceres dos doutores, criada pela escola dos comentadores.

- Os critérios de apuramento da opinião comum: quantitativo, qualitativo e misto.

- A problemática da opinião comum em Portugal.

- A opinião comum dos doutores como fonte de direito nas Ordenações do Reino.

- A Lei da Boa Razão e a opinião comum dos doutores.

3-Como se processou a codificação do direito civil em Portugal?

- O movimento geral da codificação do século XIX: enquadramento.

- As vicissitudes do processo de codificação civil: razões da sua morosidade.

- O Código Civil de Seabra: elaboração, aprovação e vigência.

- As reações ao primeiro Código Civil português: críticas e elogios.

## Grupo II

Comente um dos seguintes textos:

1- “Segundo pensamos, o fator verdadeiramente distintivo entre a escola dos glosadores e dos comentadores reside na valoração dos *iura propria*”.

Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, *História do Direito Português*, volume I, tomo I, 13ª edição, 2022.

- Os juristas medievais e as escolas jurisprudenciais: glosadores, pós-acursianos e comentadores. Caracterização e distinção: a forma tradicional de distinguir as escolas jurisprudenciais. A sua distinção como base na evolução metodológica.

-Exemplos das formas de literatura jurídica produzidas pelos juristas (glosa, comentário, *quaestio*). O comentário como instrumento utilizado para a adaptação do direito romano aos direitos nacionais.

- O direito prudencial como resultado da criação jurídica dos prudentes sobre o direito romano justiniano. Principais juristas de cada uma das escolas.

- O direito prudencial como ordenamento de base romana, criado fora da esfera da ação criativa do poder, caracterizado pela *inventio* e pela *auctoritas* dos juristas medievais. - Identificação das causas do renascimento do direito romano justiniano na Europa medieval.

- Identificação da metodologia das escolas jurisprudenciais medievais (*ars inveniendi*) e dos seus elementos. Caracterização da metodologia como analítico-problemática.

2- “Devemos aqui lembrar que as determinações constitucionais em matéria penal alteram no referido sentido humanitarista o direito português. Assim, a legalidade dos crimes e das penas implica a proibição, como fonte de direito penal, do costume, dos direitos canónico e romano e dos forais e disposições locais, bem como a proibição da analogia para qualificar um facto como crime.

Proíbe-se as leis retroativas.

António Pedro Barbas Homem, *O movimento de codificação do direito em Portugal no século XIX. Aspectos Gerais*, Lisboa, AAFDL, 2007.

- O processo de renovação do direito penal das Ordenações.

- As normas dos primeiros textos constitucionais com incidência penal.
- A consagração do princípio da legalidade: explicação. A proibição da retroatividade das leis penais. Explicação.
- O surgimento do ideário humanitarista, com origem no iluminismo. Cronologia.
- A importância de Beccaria e Filangieri, cultores dos valores humanitaristas e inspiradores de juristas por toda a Europa. A defesa das ideias humanitaristas em Portugal. O exemplo de Francisco Freire de Melo.
- Caracterização do Humanitarismo (a defesa da desvinculação do direito penal relativamente aos pressupostos religiosos, a necessidade de proporcionalidade entre os delitos e as penas, o fim da transmissibilidade das penas, a abolição da pena de morte e das penas cruéis e infamantes, a prevenção especial e geral como fins das penas, a dignidade da pessoa humana como limite para a ação penal).
- A introdução da pena de prisão como sanção criminal típica e a abolição das penas corporais.
- A abolição da pena de morte, em primeiro lugar para os crimes políticos e depois para todo o tipo de crime.
- A codificação do direito penal.

3. “O direito Civil é o Romano ou Pátrio. Destes dois Direitos, o primeiro e principal na autoridade é o Pátrio. O Romano só é subsidiário (...) e apenas pode obter força e autoridade de lei em suplemento do Pátrio onde se não estendem as providências das leis nacionais e quando é fundado na boa razão, que lhe serve de único fundamento”. *Livro II, Título II, Capítulo III dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772.*

- A Reforma dos Estatutos da Universidade: razões que conduziram à reforma dos Estatutos Velhos. O papel do Compêndio Histórico nesta reforma.
- A afirmação da primazia do direito pátrio.
- As novas cadeiras introduzidas nos estudos jurídicos.
- A redução da importância do direito romano e a consagração do critério do “*usus modernus pandectarum*”
- A relação entre a Lei da Boa Razão e os Estatutos Novos da Universidade.
- A alteração metodológica introduzida pelos Estatutos Novos: substituição do método analítico pelo método sintético-demonstrativo-compendiário.

### Grupo III

Explique uma das seguintes contraposições:

#### 1- Pluralismo/monismo

- A periodização da história do direito português: critérios.
- O critério adotado: características.
- O pluralismo: cronologia e caracterização.
- O monismo: cronologia e caracterização. Monismo formal e material.
- O monismo na ordem jurídica portuguesa atual.

#### 2- *Glosa/Comentário*

- Contextualização da glosa e do comentário como géneros literários das escolas jurisprudenciais da idade média.
- Conceito e classificações de glosas
- Conceito e caracterização do comentário.
- Distinção das duas formas de literatura jurídica em função dos seus objetivos.

#### Siete Partidas/Fuero Real

- As obras de direito castelhano no direito medieval português e a sua integração no direito legislado.
- As Siete Partidas: cronologia e características da obra.
- Comprovação da sua aplicação em Portugal: razões e protestos.
- O Fuero Real: cronologia e características da obra.
- A aplicação das Siete Partidas como forma mediata de receção do direito romano justiniano.

#### 3- *Leges/Rationes*

- Identificação dos elementos da *ars inveniendi*.
- As *leges*, ou textos romanos, como ponto de partida do trabalho dos juristas.
- A importância da gramática especulativa na exegese textual.

- As *rationes* como argumentos. A tónica jurídica como instrumento essencial da procura de argumentos. Tipos de argumentos.
- A *auctoritas* como argumento baseado no prestígio social dos juristas.

### Grupo IV

Desenvolva um dos seguintes temas:

- 1- O direito subsidiário: das Ordenações do Reino à Lei da Boa Razão.
  - A hierarquia das fontes de direito nas Ordenações do Reino: fontes principais e fontes subsidiárias. Explicação.
  - As fontes subsidiárias nas Ordenações Afonsinas. A aplicação dos direitos romano e canónico. O critério do pecado.
  - A introdução da opinião comum dos doutores entre as fontes subsidiárias nas Ordenações Manuelinas. Significado.
  - A alteração sistemática da matéria do direito subsidiário nas Ordenações Filipinas. Significado.
  - O direito subsidiário na Lei da Boa Razão: as fontes que foram desvalorizadas, os novos requisitos exigidos e o novo direito subsidiário introduzido.
- 2- O direito canónico: conceito, fontes e análise da sua evolução no âmbito da história do Direito Português.
  - Conceito de direito canónico.
  - Fontes do direito canónico: fontes *essendi* e *cognoscendi*.
  - Descrição das fontes *essendi*: sagradas escrituras, tradição, cânones, decretos e decretais, concórdias e concordatas, doutrina e costume.
  - O direito canónico e a sua relação com o direito régio ao tempo da Cúria de 1211. Evolução.
  - O direito canónico nas Ordenações do Reino: aplicação em função do critério do pecado.
  - O direito canónico remetido para os tribunais eclesiásticos pela Lei da Boa Razão:
- 3- O humanismo jurídico: caracterização, razões explicativas da sua escassa penetração em Portugal.

- Outras designações do humanismo (escola culta, escola elegante, escola cujaciana, escola alciateia, *mos galicus*)
- Caracterização do movimento humanista.
- A crítica ao trabalho das escolas jurisprudenciais da Idade Média.
- Vertentes histórica e filológica do humanismo.
- Identificação dos principais juristas humanistas portugueses e estrangeiros.
- Razões da débil implantação do humanismo em Portugal.
- Humanismo versus bartolismo na cultura jurídica portuguesa.

Cotação: Grupo I- 5 valores (2,5 x 2)  
Grupo II- 5 valores  
Grupo III- 4 valores (1x4)  
Grupo IV- 6 valores

Duração: 90 minutos